



**ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR**  
Vol. XVI (2015)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

***A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822):  
fontes e estimativas globais***

Tarcísio R. Botelho 

---

**Como Citar | How to Cite**

Botelho, Tarcísio R. 2015. «A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais». *Anais de História de Além-Mar* XVI: 79-106.  
<https://doi.org/10.57759/aham2015.36134>.

**Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

**Copyright**

© O(s) Autor(es), 2015. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2015. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

# A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais

Tarcísio R. Botelho\*

*Anais de História de Além-Mar XVI* (2015): 79–106. ISSN 0874-9671

## Resumo

O objetivo deste trabalho é reunir e discutir as evidências disponíveis sobre o volume da população na América portuguesa a partir do último quartel do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX. O foco central está em questionar as estatísticas populacionais conhecidas e utilizadas pela historiografia sobre o Brasil no chamado período pré-censitário. Embora haja uma série de trabalhos historiográficos que lidam com estas evidências, é sempre necessário voltar a elas, especialmente quando a pesquisa de arquivo revela novas fontes de dados

**Palavras-chave:** América portuguesa, demografia histórica, fontes de dados demográficos, população.

Data de submissão: 30/03/2015

Data de aprovação: 23/08/2015

## Abstract

The purpose of this paper is to gather and discuss the available evidence on the volume of the population in Portuguese America from the last quarter of the eighteenth century to the first quarter of the nineteenth century. I want to highlight the importance of questioning the population statistics known and used in studies of Brazil in the so-called pre-census period. While we have a number of historiographical works that dealt with these evidences, it is always necessary to go back to them, especially when archival research reveals new data sources.

**Keywords:** Portuguese America, demographic history, sources of demographic data, population.

Date of submission: 30/03/2015

Date of approval: 23/08/2015

\* Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil. E-mail: tarcisio.botelho@gmail.com

## **A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais**

Tarcísio R. Botelho

### **Introdução**

A colonização da América portuguesa, em termos demográficos, foi caracterizada principalmente pela migração voluntária vinda da metrópole e pela migração forçada de africanos, combinadas com a submissão, via escravização ou desenraizamento cultural, dos povos indígenas. Esse processo resultou em um rápido crescimento da população colonial, ao mesmo tempo que houve um rápido declínio da população indígena. Se no século XVI a interação demográfica entre indígenas, africanos e europeus era relativamente equilibrada, no século XVII o tráfico atlântico de escravos tornou-se o maior fornecedor de mão de obra para a América portuguesa, ao passo que a população indígena foi ocupando um papel cada vez mais marginal<sup>1</sup>. O século XVIII testemunhou o ápice desse padrão demográfico, com a população colonial crescendo rapidamente graças à expansão do tráfico de escravos africanos e ao fluxo de imigrantes portugueses que se intensificou com a descoberta de ouro no interior da colônia. O declínio da mineração aurífera no final do século XVIII inicialmente levou ao arrefecimento do incremento populacional. Entretanto, essa conjuntura foi sucedida por um novo incremento demográfico, devido tanto ao recrudescimento do tráfico atlântico de escravos quanto a um renovado fluxo de imigrantes vindos de Portugal.

Este artigo aborda uma questão específica dentro dessa trajetória demográfica colonial: qual o tamanho e o padrão de crescimento da população da América portuguesa no período final da colonização? Para isso, debruço-me sobre um corpus de dados demográficos da América portuguesa, abrangendo os anos de 1776 a 1822. O período é significativo não só porque constitui uma fase crucial na história do Brasil, já que desembocou em sua independência política, mas também por causa da abundância de informações estatísticas produzidas na época. Resultado de um novo interesse do Estado em «conhecer» seus súditos a fim de controlá-los, a burocracia metropolitana ordenou que as autoridades locais recolhessem sistematicamente dados demográficos sobre os habitantes que viviam em suas jurisdições. Embora

---

<sup>1</sup> Sobre esse processo, veja-se: Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*, São Paulo e Brasília, Companhia das Letras, 1988, esp. Parte I.

possamos encontrar informações demográficas em relatos oficiais desde o início da colonização (e que os historiadores há muito utilizam para produzir estimativas do tamanho da população colonial da América portuguesa), a produção sistemática de dados demográficos, como a que ocorreu entre 1776 e 1822, permite um olhar mais acurado sobre a demografia colonial. Esse fato gerou, ao longo do tempo, uma produção historiográfica relativamente abundante sobre o tema. Essa recorrência, entretanto, não invalida um novo olhar sobre ele. Pelo contrário, como pretendo demonstrar, a revisão dos dados já conhecidos e a inserção de novas evidências torna necessário repensar o entendimento sobre a população do período.

Portanto, para alcançar os propósitos do artigo, pretendo inicialmente abordar a historiografia que tem lidado com o assunto. Em seguida, discuto as principais fontes documentais para o período em estudo e explico como tais dados populacionais foram produzidos no contexto brasileiro. Finalmente, faço uma reavaliação dos dados disponíveis, acompanhando o aumento da população no final da era colonial.

## Historiografia

Somente a partir do século XIX é possível falar de uma historiografia propriamente brasileira. Considerando-a como uma «forma de saber organizado por determinadas técnicas reconhecidas como aparato metodológico comum a um grupo de especialistas, ou seja, a uma restrita comunidade de profissionais»<sup>2</sup>, é possível estabelecer um vínculo claro entre a constituição de uma historiografia e os processos de construção nacional. Assim, até o final do século XVIII, o que se observa nos estudos sobre a América portuguesa é uma «Babel de opiniões que, se possuía objetos históricos em comum, nada tinha que unificasse as formas de abordagem sobre tais objectos»<sup>3</sup>.

Com base nessas assertivas, até o final do século XVIII é possível identificar um bom número de trabalhos contendo estatísticas populacionais. Entretanto, eles possuem muito mais um caráter de «crônica do tempo presente», ou mesmo de «crônicas históricas», do que propriamente uma reflexão historiográfica sobre a população. Muitos desses trabalhos permaneceram inéditos até o século XIX, quando foram trazidos a público dentro do esforço para estabelecer uma historiografia nacional. Refiro-me a autores como Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim, José de Anchieta e Gabriel Soares de Souza, que escreveram durante o século XVI, ou Frei Vicente Salvador

---

<sup>2</sup> Marcos Antônio LOPES, «Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia», *Varia Historia*, Vol. 24, n.º 40 (2008), p. 635.

<sup>3</sup> M. A. LOPES, art. cit., p. 643.

e Ambrósio Fernandes Brandão, que produziram seus relatos na primeira metade do século XVII.

A partir do final do século XVII, as estimativas passam a ser menos precisas, baseadas muito mais em uma série de pressupostos assumidos por seus autores do que em evidências coletadas com algum grau de confiabilidade. A expansão da colonização e a crescente complexidade da composição populacional fizeram com que a tarefa se tornasse ainda mais difícil, uma vez que era praticamente inviável produzir registros semelhantes aos do período inicial em que a colonização se restringia apenas a áreas próximas ao litoral da América portuguesa. Além de algumas estimativas populacionais regionais, o que vemos é uma falta de trabalhos que tentem cobrir toda a área da colonização portuguesa na América. Isto deriva da própria natureza do processo de colonização. Além da divisão da América em duas grandes unidades administrativas no século XVII (o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão), havia uma série de capitanias com governos bastante autônomos, reportando-se diretamente à Metrópole.

Apesar de enfrentar uma série de dificuldades que impediam a obtenção de resultados censitários mais confiáveis, em 1808 o governo português conseguiu realizar um levantamento sistemático e simultâneo da população da colônia. Uma estimativa de 2,416 milhões de habitantes foi registrada em um levantamento estatístico que, infelizmente, só se tornou disponível no final do século XIX, mais precisamente em 1896, quando a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou a «Memória estatística do Império do Brasil, oferecido pelo Marquês de Caravelas»<sup>4</sup>.

A 18 de junho de 1818, uma recomendação da Mesa do Desembargo do Paço determinou o reexame da divisão dos antigos bispados brasileiros e que se sugerisse a criação de outros que se fizessem necessários. Para tanto, buscou-se informações mais precisas sobre a população, levando-se à produção do trabalho intitulado «A Igreja no Brasil», do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, que estimou um total de 4,396 milhões de habitantes no Brasil<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> [s.a.], «Memoria Estatistica do Império do Brasil, Oferecida ao Marquez de Caravelas», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante citada como *RIHGB*), n.º 78 (1896), pp. 91–9.

<sup>5</sup> Joaquim Norberto de Souza e SILVA, *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, São Paulo, IPE/USP, 1986, pp. 7–8 [ed. fac-similar; 1.ª ed.: 1870]. Esse trabalho foi originalmente publicado como anexo ao Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870, para servir de subsídio para o planejamento do Recenseamento Geral do Império. O texto completo de «A Igreja no Brasil», do conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, pode ser encontrado em: *RIHGB*, Vol. 39 (1866), pp. 159–99.

Entre as décadas de 1820 e 1860, uma série de obras foram produzidas sobre a história e a geografia brasileiras. De início, elas foram escritas principalmente por viajantes estrangeiros, cientistas e negociantes que buscavam divulgar informações sobre o Brasil na Europa. Com o passar do tempo, uma geração de escritores brasileiros começou a produzir livros e artigos sobre o país e as suas províncias. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 e a publicação de sua revista trimestral a partir de 1839 foram um ponto de viragem na historiografia brasileira. Desde então, a produção poderia ser incentivada e divulgada de modo mais sistemático, o que resultou em vários artigos sobre a população no Brasil.

Nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* podem ser encontrados inúmeros trabalhos que lidavam com temas demográficos ou o tangenciavam através do estudo da colonização, da catequese, do mapeamento de «vazios» demográficos, dentre outros. Já em seu terceiro número, Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto, e José Silvestre Rebelo desenvolviam o «programa»: «Se a introdução dos escravos Africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas»<sup>6</sup>. No ano seguinte, novamente o secretário perpétuo dissertava sobre: «Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões»<sup>7</sup>. E mesmo trabalhos mais próximos à história apresentavam um perfil preocupado em determinar a população; era o que ocorria com a «Memória, ou informação dada ao Governo sobre a capitania de Mato-Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 de Janeiro de 1800»<sup>8</sup>. Ao longo dos anos, apareceram diversos trabalhos sobre colônias militares, aldeamentos indígenas ou imigração, onde o foco recaía sobre a questão populacional<sup>9</sup>. Ademais, surgiram aqueles que abordavam

<sup>6</sup> Januário da Cunha BARBOSA e José Silvestre REBELO, «Se a introdução dos escravos Africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas», *RIHGB*, [2.<sup>a</sup> ed.], Tomo I, 3.<sup>o</sup> Trimestre (1839), pp. 159–72.

<sup>7</sup> Januário da Cunha BARBOSA, «Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões», *RIHGB*, [2.<sup>a</sup> ed.], Tomo II, 1.<sup>o</sup> Trimestre (1840), pp. 3–18.

<sup>8</sup> Ricardo Franco de ALMEIDA SERRA, «Memória, ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato-Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 de Janeiro de 1800», *RIHGB*, [2.<sup>a</sup> ed.], Tomo II, 1.<sup>o</sup> Trimestre (1840), pp. 19–48.

<sup>9</sup> Por exemplo: «Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurús, e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo de Almeida Serra», *RIHGB*, [2.<sup>a</sup> ed.,] Tomo VII, 2.<sup>o</sup> Trimestre (1845), pp. 196–208; «Plano de uma colônia militar no Brasil», *RIHGB*, Tomo III, 2.<sup>o</sup> Trimestre (1841), pp. 228–42; «Breve notícia sobre a colônia de suíços fundada em Nova Friburgo, por Thomé da Fonseca e Silva, sócio effectivo do Instituto», *RIHGB*, [2.<sup>a</sup> ed.], Tomo XII, 2.<sup>o</sup> Trimestre (1849), pp. 137–42; e «Mapa dos Índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Christina no rio Tocantins, e dos Índios Charaós da aldeia de Pedro Affonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goyaz, pelo missionário apostólico capuchinho frei Rafael Tuggia», *RIHGB*, Tomo XIX, 1.<sup>o</sup> Trimestre (1856), pp. 119–24.

especificamente a população de determinadas regiões, como a «Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás: pelo padre Luiz Antônio da Silva Souza», datado de 1812 mas publicada em 1849<sup>10</sup>; a «Memória estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817 por Francisco Alberto Ribeiro», publicada em 1856<sup>11</sup>; o «Resumo das observações estatísticas feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt [...] em 1826», publicado em 1857<sup>12</sup>; a «Divisão eclesiástica do Brasil, pelo desembargador Antônio Rodrigues Velloso», de 1819, publicada parcialmente em 1864 e na íntegra em 1866<sup>13</sup>; e a «Memória e considerações sobre a população do Brasil, por Henrique Jorge Rebello», em 1867<sup>14</sup>. As inúmeras corografias provinciais publicadas nas páginas da revista do Instituto em geral traziam informações sobre a população. É o caso daquelas organizadas por Raimundo José da Cunha Mattos, depois republicadas em livros<sup>15</sup>. O próprio Instituto já assumira, em 1843, a determinação de indicar ao governo imperial a necessidade de realizar uma estatística demográfica. Para tanto, nomeou uma comissão, composta pelo Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e o Tenente-Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, que deveria apresentar «um plano de organização estatística, que tenha no seio do Instituto o centro dos trabalhos, que em todas as províncias se devem empreender»<sup>16</sup>.

A disseminação de publicações que buscavam organizar os dados pertinentes a determinadas províncias também era elemento de divulgação da importância da estatística para o conhecimento da nação. Podemos encontrar um precursor desta tendência em Raimundo José da Cunha Mattos, já citado. Também Daniel Pedro Müller escreveu, em 1836, o *Ensaio d'um*

<sup>10</sup> Luiz Antônio da Silva SOUZA, «Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás: pelo padre Luiz Antônio da Silva Souza», *RIHGB*, [2.ª ed.], Tomo XII, 4.º Trimestre (1849), pp. 429-510.

<sup>11</sup> Francisco Alberto RIBEIRO, «Memória estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817 por Francisco Alberto Ribeiro», *RIHGB*, Tomo XIX, 2.º Trimestre (1856), pp. 161-88.

<sup>12</sup> Luiz D'ALINCOURT, «Resumo das observações estatísticas feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt [...] em 1826», *RIHGB*, Tomo XX, 3.º Trimestre (1857), pp. 345-60.

<sup>13</sup> Antônio Rodrigues VELLOSO, «Divisão eclesiástica do Brasil, pelo desembargador Antônio Rodrigues Velloso», *RIHGB*, Tomo XXVII, 2.º Trimestre (1864), pp. 263-9; e *RIHGB*, Tomo XXIX, 1.º Trimestre (1866), pp. 159-99.

<sup>14</sup> Henrique Jorge REBELLO, «Memória e considerações sobre a população do Brasil, por Henrique Jorge Rebello», *RIHGB*, Tomo XXX, 1.º Trimestre (1867), pp. 5-42.

<sup>15</sup> Raimundo José da Cunha MATTOS, *Corografia histórica da província de Goiás*, Goiânia — Sudeco, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Goiás, 1979; e R. J. da C. MATTOS, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1984.

<sup>16</sup> Januário da Cunha BARBOSA, «Relatório lido no acto de solemnizar-se o 5º anniversario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no dia 10 d eDezembro de 1843 pelo secretario perpetuo o Cônego Januario da Cunha Barbosa», *RIHGB*, Tomo V, Suplemento (1843), p. 15-6.

*quadro estatístico da Província de S. Paulo* sob encomenda do governo provincial. Dividido em duas partes, a primeira cuidava da «Estatística geográfica e natural» e a segunda tratava da «Estatística política e civil»; nessa segunda parte ele abordava a população<sup>17</sup>. Em Pernambuco, o Desembargador Jeronymo Martiniano Figueira de Mello escreveu o *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, resultado de um contrato feito com a presidência da província a 27 de fevereiro de 1841<sup>18</sup>. Outra obra da mesma natureza foi a do Senador Thomaz Pompeo de Souza Brasil, sobre o Ceará; também encomendada pelo governo provincial e intitulada *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, veio a público em 1863<sup>19</sup>. Na década seguinte, iriam se disseminar os dicionários geográficos das províncias, todos preocupados em coligir informações estatísticas<sup>20</sup>.

No entanto, a avaliação mais completa e extensa da população brasileira apareceu no último ano da década de 1860. O Relatório do Ministro dos Negócios do Império dirigido à Assembléia Geral Legislativa em 1870 veio acompanhado de um extenso documento intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje*. Assinado por Joaquim Norberto de Souza e Silva, procurava sistematizar as informações disponíveis acerca dos diversos levantamentos populacionais sobre o Brasil, bem como todos os inquéritos populacionais tentados nas diversas províncias brasileiras. O objetivo era subsidiar a realização do primeiro censo geral do Império brasileiro, que efetivamente aconteceu em 1872. O autor escreveu uma introdução antes de apresentar este conjunto de informações, em que analisa os esforços feitos no país para obter estatísticas demográficas. Citando uma série de estimativas populacionais para capitanias brasileiras e províncias, desde os tempos coloniais até a véspera do primeiro censo nacional que estava sendo organizado naquele momento, a obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva

---

<sup>17</sup> Daniel Pedro MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, [3.<sup>a</sup> ed.], [ed. fac-similar], São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978.

<sup>18</sup> Jeronymo Martiniano Figueira de MELLO, *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, Recife, Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979 [1852].

<sup>19</sup> Thomaz Pompeo de Sousa BRASIL, *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, [ed. fac-similar], Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>20</sup> Alguns exemplos são: Cezar Augusto MARQUEZ, *Diccionario historico-geographico da Província do Maranhão*, Maranhão, Typ. do Frias, 1870; C. A. MARQUEZ, *Diccionario historico, geographico e estatístico da Província do Espirito Santo*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878; Major Manoel Eufrazio de Azevedo MARQUES, *Apontamentos históricos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.

representa o esforço mais sistemático para reunir e refletir sobre o desenrolar da população brasileira até então<sup>21</sup>.

Embora tenha havido alguma produção sobre a população brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, será no final dos anos 1910 que se observará o retorno de uma reflexão mais consistente sobre o tema. Um autor importante nesse sentido foi Francisco José de Oliveira Viana que, após publicar alguns artigos na *Revista do Brasil*, e a obra *Populações meridionais do Brasil* (1920), tornou-se um autor requisitado para essa temática. Sua reputação fez com que a Diretoria Geral de Estatística o convidasse para colaborar com um ensaio inspirado no censo de 1920. Em 1922, saía o volume introdutório do *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920*<sup>22</sup>. Curiosamente, é um volume sem dados do próprio censo, contendo uma série de ensaios gerais sobre o Brasil. São eles:

- *Aspecto physico do Brazil*, sem especificação da autoria;
- *Geologia stratigraphica e economica*, do engenheiro de minas Euzebio Paulo de Oliveira, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura;
- *A flora no Brazil*, de F. C. Hoehne, chefe da Seção de Botânica do Instituto Soroterápico de Butantã, São Paulo;
- *Esboço geral da fauna brasileira*, de Alipio de Miranda Ribeiro, da Sociedade Zoológica de Londres, da Sociedade de Ciências Naturais de Lisboa e da Sociedade Brasileira de Ciências;
- *O povo brasileiro e sua evolução*, de F. J. Oliveira Vianna; e,
- *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brazil*, sem autoria, que fazia uma atualização do trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva preliminar ao censo de 1872.

O *Histórico e instruções para a execução do Recenseamento de 1920* encerrava o volume.

Portanto, nesse volume introdutório há uma revisão das estatísticas publicadas por Joaquim Norberto de Souza e Silva (ainda que sem novidades para o período colonial) e uma interpretação da trajetória dessa população, feita por Oliveira Vianna. Deve-se destacar o caráter fortemente conservador da

<sup>21</sup> Sobre o Censo da Corte, sua legislação, as pessoas envolvidas, o relatório de atividades e seus resultados finais, veja-se: *Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Municipio da Côrte em abril de 1870*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1871.

<sup>22</sup> Francisco José de Oliveira VIANNA, *Populações meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1920; BRASIL, DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*, Vol. I, («Introdução»), Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1922.

interpretação formulada por esse intelectual, que posteriormente se destacaria como um dos principais inspiradores do Estado autoritário brasileiro a se intalar em 1937 (o chamado Estado Novo, sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas).

Em 1935, Felix Contrera Rodrigues publicou uma obra que compilava as estatísticas de população disponíveis para os séculos XVI e XVII. Além disso, ele também acrescentava algumas estimativas para a segunda metade do século XVII, período, como já foi dito, para o qual não dispomos de informações. Para meados do século XVII, e «segundo várias fontes», ele «arrisca» um total de 184 100 pessoas. Para o final do século, o autor declara:

quanto à população em 1690, época das primeiras descobertas de minas de ouro, ou 30 anos após a última estimação demográfica, em face da crise de carência que afligia o velho mundo, não será exagero agregar aos 184.000 habitantes em 1660, 100.000 adventícios e mestiços, que dariam, para esse assinalado momento da nossa história, um total de 284.000 a 300.000 habitantes<sup>23</sup>.

Em artigo recente, Ângelo Carrara recalculou os números da população no século XVII e concluiu que as cifras de Contreiras Rodrigues para o período não são minimamente aceitáveis por serem baseadas em especulações com pouca sustentação empírica. Entretanto, essas cifras são continuamente repetidas pela historiografia sobre o Brasil colonial<sup>24</sup>.

Entre os anos 1940 e 1947, o estatístico italiano Giorgio Mortara publicou um conjunto de artigos nos primeiros números da *Revista Brasileira de Estatística* em que ele construía séries históricas para a população brasileira. Esse estatístico italiano chegou ao Brasil nos anos 1930 fugindo do fascismo, convidado pelo Governo brasileiro para trabalhar como consultor técnico da Comissão Censitária Nacional. Depois, permaneceria no IBGE até meados da década de 1950. Nesse período, foi um dos principais planejadores dos censos de 1940 e 1950, que se destacaram pela qualidade dos trabalhos e pela riqueza de quesitos inseridos nos seus formulários. Também foi um importante divulgador de técnicas de análise demográfica que permitiram o avanço dessa disciplina no Brasil<sup>25</sup>. Ao mesmo tempo, ele buscou recorrer às estatísticas disponíveis para reconstruir séries históricas de eventos

---

<sup>23</sup> Félix Contreiras RODRIGUES, *Traços da economia social e política do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Ariel, 1935, p. 34.

<sup>24</sup> Angelo Alves CARRARA, «The population of Brazil, 1570–1700: a historiographical review», *Tempo*, Vol. 20 (2014). [Consultado em 13/02/2015]. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042014000100210&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042014000100210&lng=en&nrm=iso).

<sup>25</sup> Sobre Giorgio Mortara, veja-se: Nelson C. SENRA, *Estatísticas organizadas: c. 1936–c. 1972*, Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

vitais para o Brasil. O artigo que analiso agora, do ano de 1941, seria um dos primeiros resultados desse esforço. Ele estimava a população brasileira entre os anos de 1770 e 1920 usando os dados dos censos de 1920, 1890 e 1872 e de estimativas de população de 1830 e 1808<sup>26</sup>. Para as estimativas de 1830 e de 1808, ele recorreu ao trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva<sup>27</sup>. Os dados compilados por Joaquim Norberto de Souza e Silva e as estimativas construídas por Giorgio Mortara têm sido continuamente utilizados em estudos sobre a população brasileira para os séculos XIX e último quartel do século XVIII<sup>28</sup>.

Em 1963, Dauril Alden localizou e sistematizou mapas de população de diversas capitanias da América portuguesa entre os anos de 1753 e 1817. Essas fontes eram o resultado de pedidos contínuos feitos pelo Governo metropolitano aos governadores das colônias e refletia as preocupações da época<sup>29</sup>. Muitos desses dados já haviam sido publicados, mas foi necessário agregar manuscritos guardados em diversos arquivos portugueses e brasileiros. Dauril Alden, com base nessa diversidade de evidências, estimou a população da América portuguesa do período entre 1776 e 1782 em 1555 milhões de habitantes. Os dados apresentados em tal artigo também foram utilizados por vários autores interessados no volume da população brasileira no último quartel do século XVIII<sup>30</sup>.

Desde a década de 1960, o conhecimento do passado brasileiro avançou de forma acentuada. Houve o desenvolvimento de estudos monográficos

---

<sup>26</sup> Giorgio MORTARA, «Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870–1920», *Revista Brasileira de Estatística*, Vol. 2, n.º 5 (1941), pp. 39–60. As estimativas anuais da população brasileira podem ser vistas na p. 43.

<sup>27</sup> J. N. S. e SILVA, op. cit. Esse trabalho foi republicado em: BRASIL, DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, op. cit.

<sup>28</sup> Maria Luiza MARCÍLIO, «A população do Brasil colonial» in Leslie Bethell (ed.), *História da América Latina*, Vol. II («América Latina Colonial»), São Paulo e Brasília, Edusp, FUNAG, 1999, pp. 311–39; Clotilde A. PAIVA, José Alberto Magno de CARVALHO e Valeria da Motta LEITE, «Demografia» in IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*, [2.ª ed.], Rio de Janeiro, IBGE, 1990, pp. 19–52; Thomas W. MERRICK e Douglas H. GRAHAM, *População e desenvolvimento econômico no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981; Nathaniel LEFF, *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*, Vol. 1 («Estrutura e mudança econômica, 1822–1947»), Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1991; Altiva Pilatti BALHANA, «A população» in Maria Beatriz Nizza da Silva (ed.), *O império luso-brasileiro, 1750–1822*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 19–62; Justin BUCIFERRO, A forced hand: natives, Africans and the population of Brazil, 1545–1850, *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, Vol. 13, n.º 2 (2013), p. 285–317.

<sup>29</sup> Dauril ALDEN, «The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study», *Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, n.º 2 (1963), p. 176.

<sup>30</sup> C. A. PAIVA, J. A. M. CARVALHO e V. M. LEITE, op. cit.; A. P. BALHANA, op. cit.; J. BUCIFERRO, op. cit.; e outros.

sobre suas diferentes regiões ao longo dos séculos XVIII e XIX. Embora a história demográfica tenha perdido espaço na produção historiográfica recente, de modo geral, os avanços nesta área continuaram e permitiram aprofundar a compreensão de algumas dinâmicas populacionais específicas. Para esse momento, destaco alguns trabalhos importantes que fizeram balanços das estatísticas populacionais do período colonial. Em primeiro lugar, há o trabalho de Maria Luiza Marcílio, publicado no volume II da *The Cambridge History of Latin America*, em 1984, e traduzido no Brasil em 1999<sup>31</sup>. Em segundo lugar, há o trabalho de Clotilde Paiva, José Alberto Magno de Carvalho e Valéria da Motta Leite, publicado no volume *Estatísticas Históricas do Brasil*, das «Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988», cuja segunda edição revista saiu em 1990. Nele, há uma compilação e sistematização das estimativas e estatísticas de população no Brasil desde 1550 até ao censo de 1980<sup>32</sup>. Em terceiro lugar, deve-se citar os trabalhos publicados por Maria Beatriz Nizza da Silva, Guy Martinière e Altina Pilatti Balhana nos volumes VI, VII e VIII da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, publicadas na década de 1990<sup>33</sup>. Finalmente, é necessário mencionar os estudos recentes de Justin Buccifero, que reconstruiu as estatísticas populacionais brasileiras desde 1545 até hoje de acordo com sua composição racial com o propósito de demonstrar a progressiva substituição da população nativa pelos descendentes de africanos e europeus<sup>34</sup>.

O principal avanço registrado nessas análises gerais da população colonial brasileira foi o cuidado em considerar separadamente a dinâmica demográfica dos indígenas, dos portugueses e seus descendentes livres e dos africanos e seus descendentes escravizados. Entretanto, todos se baseiam, em menor ou maior grau, nos dados sistematizados por Joaquim Norberto de Souza e Silva, Giorgio Mortara e Dauril Alden. Dadas as maiores facilidades de acesso a fontes manuscritas guardadas em arquivos brasileiros e portugueses, é importante refazer esses esforços de pesquisa primária, começando pela avaliação das fontes disponíveis.

---

<sup>31</sup> M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1999.

<sup>32</sup> C. A. PAIVA, J. A. M. CARVALHO e V. M. LEITE, op. cit.

<sup>33</sup> Maria Beatriz Nizza da SILVA, «A população» in Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (eds.), *O império luso-brasileiro, 1500–1620*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 305–33; Guy MARTINIÈRE, «O peso dos números: os homens na organização colonial do espaço» in Frédéric Mauro (ed.), *O império luso-brasileiro, 1620–1750*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 192–216; A. P. BALHANA, op. cit.

<sup>34</sup> J. BUCIFERRO, art. cit.; *Idem*, *The economic geography of race in the New World: Brazil, 1500–2000*, Working Paper #10-04, Department of Economics, University of Colorado, 2010.

### As fontes: descrição e contexto de produção

Para as Américas, a preocupação em medir a população, especialmente a indígena, antecedeu em muito a adoção dos procedimentos censitários modernos na Europa, já que desde princípios do século XVI o Estado espanhol começou a requerer de seus funcionários civis e eclesiásticos a descrição e contagem da população das áreas recém-conquistadas<sup>35</sup>. Para a América portuguesa, todavia, os esforços censitários tiveram de esperar um pouco mais. Até ao século XVIII, apenas contamos com estimativas grosseiras feitas por funcionários da Coroa (especialmente com finalidades militares) ou cronistas contemporâneos<sup>36</sup>. Foi a partir da segunda metade do século XVIII que cresceu a preocupação com a contagem mais sistemática da população da América portuguesa. Neste momento, segundo Dauril Auden, o engajamento dos impérios coloniais em lutas pela hegemonia na região justificam em parte o crescente interesse em informações seguras sobre o número de colonos, visando a coleta de impostos e o recrutamento militar. Mas também as preocupações típicas dos governantes ilustrados setecentistas ajudam a compreender tais empreendimentos, geralmente associados ao fornecimento de informações sobre temperaturas, localização das cidades, montanhas e outros<sup>37</sup>.

O esforço de parte da elite portuguesa em colocar-se a par das transformações em curso no restante da Europa fez crescer, a partir da ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a preocupação com o conhecimento do Império Português. Tornava-se importante uma compreensão melhor da realidade das colônias (e mesmo da metrópole) a fim de que pudessem ser implantadas as reformas necessárias ao engrandecimento do império. Estas reformas eram tanto administrativas quanto econômicas e sociais. Do ponto de vista que nos interessa aqui, este foi o momento em que as transformações do ensino português permitiram a disseminação dos trabalhos sobre as ciências naturais, a economia e outros. A reforma universitária, a criação de academias científicas, o estímulo à edição de obras tentaram responder aos anseios de mudança. Os trabalhos e estudos eram marcados pelo pragmatismo de quem pretendia recuperar o tempo perdido por Portugal; visavam responder a demandas de um Estado pressionado pela

<sup>35</sup> Veja-se esse tipo de fonte em: S. L. COOK e W. BORAH, *El pasado de México: aspectos sociodemográficos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1980; Nicolas SANCHEZ-ALBORNOZ (ed.), *Poblacion y mano de obra en America Latina*, Madrid, Alianza, 1985, capítulos 2 e 3.

<sup>36</sup> É o que se vê em: Magalhães GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil*, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1980, datado do século XVI.

<sup>37</sup> D. ALDEN, art. cit., p. 176.

crise econômica crescente dada a escassez progressiva do ouro brasileiro. Neste contexto, proliferaram as tentativas de contar a população portuguesa, tanto metropolitana quanto colonial. Conhecer o tamanho da população e compreender suas transformações tornavam-se necessidades prementes para os condutores dos negócios do Estado<sup>38</sup>.

Embora encontremos levantamentos censitários para todo o século XVIII (mas especialmente para a sua segunda metade), foi em 1776 que ocorreu a primeira tentativa de realizá-los simultaneamente em toda a colônia portuguesa. Em circular datada de maio daquele ano, Martinho de Melo e Castro solicitava a remessa anual da relação do número de habitantes das capitanias, «ponto de tanta importância, como é o de saber sua Majestade o número de Vassallos que habitam o seu Domínio». Segundo Dauril Alden, estaríamos assistindo à extensão para todas as partes da América portuguesa dos procedimentos previamente tentados no Pará, Goiás e São Paulo em anos anteriores. Por outro lado, este «censo<sup>39</sup>» de 1776 se inspiraria nas técnicas adotadas pelo levantamento espanhol de 1768, dada a similaridade das faixas etárias solicitadas<sup>40</sup>.

Seguiram-se nos anos finais do século XVIII e na primeira década do século XIX inúmeras tentativas de recenseamentos, porém sem o mesmo esforço de sistematização. Permanecem, nestes levantamentos censitários, os mesmos problemas apontados na análise de Dauril Alden sobre o censo de 1776, em especial o excesso de mãos envolvidas na sua confecção<sup>41</sup>. Em

<sup>38</sup> Um exemplo disso é o trabalho de Soares de Barros, intitulado «Sobre a causa da diferente população em diferentes tempos da Monarquia», publicado em: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, mencionado por: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *A População de Portugal*, Portugal, 1972, p. 7. Sobre o período pombalino e suas reformas, uma boa análise pode ser encontrada em: Kenneth MAXWELL, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. Outras referências importantes, especialmente sobre o período pós-pombalino e seus desdobramentos no Brasil, são: Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso Império*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994; e, Maria Odila da Silva DIAS, «Aspectos da Ilustração no Brasil», *RIHGB*, Vol. 276 (1968), p. 278.

<sup>39</sup> Em uma terminologia mais exata, talvez fosse mais aconselhável não usar a palavra *censo* para um trabalho que não tem as características dos recenseamentos modernos. Apesar disso, optei por um uso mais flexível do termo, aplicando-o a esses inquéritos com um caráter mais simultâneo e universal (incluindo escravos e militares, por exemplo) e que procuravam ser mais uniformes em termos das informações levantadas.

<sup>40</sup> Uma cópia do documento oficial enviado por Martinho de Melo e Castro ordenando a realização do censo pode ser encontrada em: ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO [ANRJ], *Ministério do Reino e do Império*, Cx 761. D. ALDEN, Dauril, art. cit., discute a organização desse levantamento censitário, a sua articulação com o censo espanhol e o significado das faixas etárias adotadas, bem como as dificuldades encontradas e os resultados alcançados. Nesses mesmos anos em Portugal, o intendente Pina Manique lançou as «listas das pessoas no reino» contendo o número de «fogos» (domicílios) nas diferentes «terras» pertencentes ao reino de Portugal; conforme: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, op. cit., p. 8.

<sup>41</sup> D. ALDEN, art. cit., p. 181.

geral, os capitães-generais (cabeças da administração das capitanias gerais) reportavam-se aos capitães-mores (que encabeçavam as administrações municipais) e aos vigários das paróquias para que elaborassem tabelas da população local. A partir das listas de ordenanças (listagens de habitantes com finalidades militares ou fiscais) e de desobrigas (listagens de paroquianos que se confessavam na freguesia e pagavam as desobrigas), estes funcionários locais enviavam os dados solicitados. Entretanto, começavam aí os problemas com os levantamentos populacionais. O temor ao fisco e ao recrutamento militar, aliado à extensão das circunscrições administrativas e ao isolamento da população rural, eram problemas reconhecidos pelos próprios responsáveis pela organização das listas de habitantes. Embora Dauril Alden fale da pouca resistência aos levantamentos censitários por parte dos colonos portugueses, se comparada à experiência colonial norte-americana<sup>42</sup>, estas limitações estavam presentes nos documentos que em geral acompanhavam os mapas enviados aos capitães-generais.

Muitas vezes, a associação entre os temores da população e os conflitos entre instâncias administrativas levava ao comprometimento dos esforços censitários. Também a falta de preparo dos responsáveis pelo trabalho demográfico era um fator limitante da eficácia dos esforços empreendidos. Por outro lado, a ausência de uma coordenação nos esforços censitários resultava em duplicação de tarefas e em conflitos administrativos que prejudicavam ainda mais os trabalhos. Como consequência, instâncias administrativas que deveriam auxiliar-se mutuamente no sentido de fornecer ao Governo os instrumentos necessários à tomada de decisões envolviam-se em disputas que provocavam sua paralisia<sup>43</sup>.

Embora envolto nos inúmeros problemas que embaraçavam os esforços censitários, o Governo português pôde contar em 1808 com um levantamento sistemático e simultâneo da população da colônia. O Ministro dos Negócios da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares), em aviso de 16 de março daquele ano, mandou efetuar um inquérito sobre a população, apurando um total de 4 milhões de habitantes<sup>44</sup>. Simultaneamente, resultados parciais de outro levantamento para todas as capitanias indicaram uma população de 2,419 milhões<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>43</sup> Exemplos nesse sentido podem ser vistos em: ANRJ, *Ministério do Reino e do Império*, Cx. 761; ANRJ, Cód. 808, vol. 2, fl. 52; ANRJ, Cód. 808, vol. 4, fl. 35.

<sup>44</sup> Dados sobre o censo de 1808 podem ser vistos em: RECENSEAMENTO DO BRASIL, 1920, op. cit., pp. 171–2.

<sup>45</sup> Este último valor, entretanto, só se tornou disponível ao final do século XIX, em 1896; veja-se: [s.a.], op. cit., pp. 91–9.

Em 18 de junho de 1818, como já se disse acima, uma resolução da Mesa do Desembargo do Paço sobre a redivisão dos antigos bispados originou o trabalho intitulado «A Igreja no Brasil», do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira. Nele, tem-se a distribuição da população livre e escrava segundo o arcebispado da Bahia e os projetados arcebispados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Pernambuco, Pará e Maranhão. Para confeccionar tal estatística, segundo Joaquim Norberto de Souza e Silva, o autor reuniu os mapas remetidos pelos ouvidores ao Desembargo do Paço em 1809, 1815, 1816, 1817 e 1818, ou pelos diferentes magistrados e capitães-mores à Intendência Geral da Polícia em 1814, ou pelos vigários no mesmo ano. Em seguida, estimou os acréscimos em função da ausência de crianças, da maior antigüidade de certos censos, e dos índios «bravios ou não aldeados», chegando ao total de 4,396 milhões de habitantes<sup>46</sup>.

Na verdade, todos os esforços para contar a população brasileira durante o período colonial e as primeiras décadas do período nacional foram baseados no trabalho de burocratas nomeados para exercer funções militares, religiosas ou judiciais, mas que foram obrigados a contar a população sob seu controle. Mesmo no primeiro censo nacional, em 1872, o Estado brasileiro sempre usou o trabalho deste tipo de burocracia, que pode ser caracterizada em termos weberianos como um modelo patrimonial. Foi a incapacidade do Estado imperial brasileiro de abandonar este modelo patrimonial no momento em que era tão necessária a «administração de massas», de que fala Max Weber, que permitiu que tais trabalhos fossem levados a cabo por uma categoria específica, expressa na idéia de dominação burocrático-patrimonial. Lidando com o estado brasileiro no século XIX, Fernando Uricoechea afirma que esse é «um construto híbrido, com a acentuação simultânea de *dois* princípios reguladores *opostos*: a autoridade racional e a tradicional»<sup>47</sup>. A rigor, apenas na década de 1930, com a organização do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi possível realizar um censo com um corpo burocrático especializado.

Estas são, portanto, as características centrais dos corpos documentais que fornecem as bases para a reavaliação que faço a seguir, em confronto com as tentativas anteriores de estimar a população brasileira no período em tela.

---

<sup>46</sup> J. N. de S. e SILVA, op. cit., pp. 7-8.

<sup>47</sup> Fernando URICOECHEA, *O minotauro imperial*, Rio de Janeiro e São Paulo, Difel, 1978, p. 14.

## Uma reavaliação das estatísticas populacionais

### Os trabalhos de Joaquim Norberto de Souza e Silva e Giorgio Mortara

Nas suas *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje*, Joaquim Norberto de Souza e Silva apresentou uma conclusão, intitulada «População geral do Império», em que recuperava as estatísticas disponíveis para todo o Império. Assim, ele apresentou as estimativas produzidas por vários burocratas e autores, desde o ano de 1776 até 1869. Para os anos de 1819, 1830, 1854, 1867 e 1869, a população está distribuída entre as províncias; para 1819, 1854 e 1869, também há a distribuição entre livres e escravos. A Tabela 1 reproduz as estimativas citadas por Souza e Silva para a população total do Brasil e a «autoridade» responsável por cada uma delas.

Esses dados apresentados por Joaquim Norberto de Souza e Silva tiveram uma longa trajetória nas análises sobre o passado brasileiro. A publicação do IBGE intitulada *Estatísticas históricas do Brasil* republica vários dados identificados por Souza e Silva. Da mesma forma, autores importantes como Maria Luiza Marcílio e Altiva Pilatti Balhana, citadas anteriormente, tomam o trabalho de Souza e Silva como guia para a elaboração de visões sintéticas sobre a população brasileira no passado<sup>48</sup>.

Ano	Fonte	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1 900 000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4 000 000
1810	Alexandre von Humboldt	4 000 000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2 860 525
1817	Henry Hill	3 300 000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4 396 132
1825	Casado Giraldes	5 000 000
1827	Rugendas	3 758 000
1829	Adrianno Balbi	2 617 900
1830	Malte-Brun	5 340 000
1834	Senador José Saturnino	3 800 000
1850	Senador Candido Baptista	8 000 000
1856	Barão do Bom Retiro	7 677 800
1867	O Império do Brasil na Exposição etc.	11 780 000
1868	Candido Mendes	11 030 000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brazil	10 415 000

1 População total do Brasil segundo diversas fontes, 1776-1869

Fonte: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, op. cit., p. 167.

<sup>48</sup> IBGE, op. cit.; M. L. MARCÍLIO, op. cit., 1999; A. P. BALHANA, op. cit.

Em 1941, Giorgio Mortara publicou na *Revista Brasileira de Estatística* um artigo em que propunha a «retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870–1920»<sup>49</sup>. Na terceira parte do artigo, Mortara se propôs a fazer um «exame crítico dos elementos disponíveis». Do ponto de vista da população, no entanto, ele assumiu que utilizaria os censos de 1920, 1890 e 1872 e as estimativas de 1830 e de 1808. Calculando a taxa de crescimento anual da população entre estas cinco datas e retrocedendo com os dados de 1808 até 1770, ele reconstruiu o que seria a população média brasileira nos anos solares entre 1919–1920 e 1770–1771. Conforme citado anteriormente, essa série construída por Mortara também tem uma longa trajetória em termos de utilização em estudos gerais sobre o Brasil<sup>50</sup>.

É necessário fazer uma crítica mais cuidadosa dos dados levantados por Souza e Silva e que foram utilizados por Mortara e outros. O objetivo é poder apontar algumas alternativas que embasem uma nova série histórica para a evolução anual da população brasileira, retificando aquela publicada por Mortara em 1941.

O primeiro problema refere-se ao uso da estimativa de 1830. Souza e Silva cita como origem dos dados o *Tableau statistique du Brésil en 1830*, inserida na *Géographie universelle* de Malte-Brun. Trata-se do tomo 6 do *Précis de la Géographie Universelle ou Description de toutes les parties du monde sur un plan nouveau d'après les grandes divisions naturelles du globe*<sup>51</sup>. Nas páginas 339 e 340 acha-se a tabela estatística citada por Souza e Silva. Entretanto, não temos como saber de onde o autor tirou os valores atribuídos à população das províncias brasileiras. Além disso, elas são estimativas bastante grosseiras já que se limitam a informar os habitantes em milhares.

O segundo problema refere-se ao arredondamento que Mortara fez aos dados de 1808. Para essa data, Souza e Silva apenas cita que D. Rodrigo de Souza Coutinho teria ordenado o levantamento de um censo, a partir do qual ele estimou a população brasileira em 4 milhões de habitantes. Giorgio Mortara assumiu esse valor como ponto para estimar a taxa de crescimento anual entre 1808 e 1830. Entretanto, em 1895 a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou uma *Memória estatística do Império do Brasil*,

---

<sup>49</sup> G. MORTARA, op. cit.

<sup>50</sup> Especialmente N. LEFF, op. cit., e T. MERRICK, D. GRAHAM, op. cit.

<sup>51</sup> MALTE-BRUN, *Précis de la Géographie Universelle ou Description de toutes les parties du monde sur un plan nouveau d'après les grandes divisions naturelles du globe*, Tome 6, [5.<sup>a</sup> ed.], Paris, Bureau des Publications Illustrées, 1841.

oferecida ao Marquez de Caravelas por um autor anônimo. Essa é, possivelmente, o resultado do censo ordenado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>52</sup>. A memória informa uma população total de 2,4 milhões de habitantes e, como veremos adiante, é mais consistente com a evolução da população brasileira na passagem do período colonial para o período imperial.

Portanto, é preciso rever essas duas estimativas, de 1808 e de 1830. Ao assumir os dados de D. Rodrigo de Souza Coutinho para 1808 e de Malte-Brun para 1830, Mortara encontrou uma taxa de crescimento anual de 1,28 %, que ele aplicou também para recuar sua série histórica até 1770. Entretanto, ele mesmo admitiu que, à vista dos dados publicados pela *Memória estatística do Império do Brasil*, esses números poderiam estar superestimados. Ao utilizar os dados de Malte-Brun para 1830, ele encontrou uma taxa de crescimento anual de 1,53 % até 1872. Apresento nas Tabelas 2 e 3 novas estimativas para esses dois momentos. Para 1808, adotei o total e a distribuição provincial da *Memória estatística do Império* e estimei a distribuição por sexo e condição social (livres ou escravos)<sup>53</sup>. Para a década de 1830, tomei as estatísticas existentes para diversas províncias do Império. Para as províncias sem estatísticas de população na década de 1830, calculei o valor para 1835 a partir de interpolações ou extrapolações de dados disponíveis<sup>54</sup>.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de sexos	N	%	Razão de sexos	N	%	
<b>Corte</b>	104	26 954	52,05	144	24 831	47,95	51 785
<b>Rio de Janeiro</b>	103	84 534	46,12	168	98 760	53,88	183 294
<b>Minas Gerais</b>	98	235 041	67,15	152	114 959	32,85	350 000
<b>São Paulo</b>	91	130 813	75,52	124	42 412	24,48	173 225
<b>Paraná</b>	91	22 215	81,73	101	4 967	18,27	27 183
<b>Santa Catarina</b>	93	29 774	76,96	179	8 913	23,04	38 687
<b>Rio Grande do Sul</b>	106	60 689	69,62	178	26 478	30,38	87 167
<b>Espírito Santo</b>	99	44 950	64,01	115	25 269	35,99	70 219
<b>Bahia</b>	98	228 388	67,98	148	107 573	32,02	335 961
<b>Sergipe</b>	101	61 235	81,58	118	13 826	18,42	75 061
<b>Alagoas</b>	102	90 438	77,96	143	25 562	22,04	116 000

<sup>52</sup> [s.a.], op. cit.. Esses dados foram sistematizados e publicados em: BRASIL, DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, op. cit., p. 404; e C. A. PAIVA, J. A. M. CARVALHO e V. M. LEITE, op. cit., p. 31.

<sup>53</sup> Sobre os procedimentos usados nessas estimativas, veja-se: Tarcísio R. BOTELHO, *População e nação no Brasil do século XIX*, São Paulo, USP, 1998 (tese de doutoramento inédita), Anexo I.

<sup>54</sup> Sobre as estatísticas provinciais disponíveis para o século XIX, veja-se: T. R. BOTELHO, op. cit., Anexo II.

<b>Pernambuco</b>	98	173 035	70,84	148	71 242	29,16	244 277
<b>Paraíba</b>	99	74 776	78,56	107	20 406	21,44	95 182
<b>Rio Grande do Norte</b>	100	41 719	83,44	109	8 281	16,56	50 000
<b>Ceará</b>	96	135 062	84,41	110	24 938	15,59	160 000
<b>Piauí</b>	111	47 884	68,41	120	22 116	31,59	70 000
<b>Maranhão</b>	108	68 082	56,73	124	51 918	43,27	120 000
<b>Pará</b>	88	54 792	70,46	105	22 972	29,54	77 764
<b>Amazonas</b>	101	10 836	59,42	96	7 400	40,58	18 236
<b>Mato Grosso</b>	90	14 095	56,38	190	10 905	43,62	25 000
<b>Goiás</b>	85	35 181	63,48	144	20 241	36,52	55 422
<b>Brasil</b>	98	1 670 492	68,9	141	753 971	31,1	2 424 463

## 2 Estimativas de população por sexo e condição social, Brasil, 1808

Fonte: PAIVA, Clotilde *et al.*, op. cit., p. 31.

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de sexos	N	%	Razão de sexos	N	%	
<b>Corte, 1838</b>	104	79 025	57,44	144	58 553	42,56	137 578
<b>Rio de Janeiro, 1835</b>	103	153 452	45,46	168	184 105	54,54	337 557
<b>Minas Gerais, 1833-35</b>	98	458 073	66,05	142	235 476	33,95	693 549
<b>São Paulo, 1836</b>	95	200 250	70,44	135	84 016	29,56	284 266
<b>Paraná, 1830</b>	95	30 441	83,25	103	6 125	16,75	36 566
<b>Santa Catarina, 1836</b>	96	48 741	78,93	158	13 012	21,07	61 753
<b>Rio Grande do Sul, 1835</b>	103	68 439	71,79	148	26 895	28,21	95 334
<b>Espírito Santo, 1835</b>	94	25 949	66,87	109	12 858	33,13	38 807
<b>Bahia, 1835</b>	101	432 691	52,75	124	387 567	47,25	820 258
<b>Sergipe, 1834</b>	101	112 658	70,21	118	47 812	29,79	160 470
<b>Alagoas, 1835</b>	101	41 394	76,51	109	12 709	23,49	54 104
<b>Pernambuco, 1835</b>	94	244 063	74,99	124	81 413	25,01	325 476
<b>Paraíba, 1835</b>	98	113 804	83,82	104	21 960	16,18	135 764
<b>Rio Grande do Norte, 1835</b>	99	77 706	88,35	101	10 242	11,65	87 948
<b>Ceará, 1835</b>	96	186 049	87,99	106	25 402	12,01	211 451
<b>Piauí, 1835</b>	106	71 385	75,2	109	23 547	24,8	94 932
<b>Maranhão, 1835</b>	106	82 115	62,18	109	49 953	37,82	132 068
<b>Pará, 1835</b>	90	94 707	65,96	109	48 866	34,04	143 573
<b>Amazonas, 1835</b>	100	12 113	95,32	99	594	4,68	12 707
<b>Mato Grosso, 1835</b>	125	28 664	71,53	168	11 409	28,47	40 073
<b>Goiás, 1832</b>	102	55 232	80,64	119	13 257	19,36	68 489
<b>Brasil</b>	99	2 616 952	65,87	132	1 355 771	34,13	3 972 723

## 3 Estimativas de população por sexo e condição social, Brasil, 1835

Fonte: ver texto.

### **Dauril Alden e a população brasileira no último quartel do século XVIII**

Dauril Alden produziu o seu artigo com o propósito de reconstruir as características demográficas da população do Brasil colonial. Para ele, existiam poucos estudos interessados nessa temática para o Brasil do período pré-independência. Para sanar essa lacuna, ele realizou um enorme esforço de localização, identificação e sistematização das diversas contagens populacionais que teriam ocorrido nas décadas finais do século XVIII e nos princípios do século XIX.

Em sua busca pelos levantamentos populacionais do período, Dauril Alden conseguiu localizar 51 fontes de dados para a população de todas as capitanias brasileiras entre 1753 e 1817. A maioria das fontes estava concentrada entre os anos de 1772 e 1782, o que o permitiu estabelecer um total para a população brasileira. Entretanto, ao examinar o detalhamento dos dados contido em muitas das fontes, ficavam evidentes algumas subnumerações, sobretudo de crianças. O autor, então, realizou alguns ajustes nos dados das diversas províncias, encontrando o total de 1,555 milhões de habitantes citado anteriormente<sup>55</sup>.

Para o total encontrado por Alden, há duas objeções a serem feitas. Em primeiro lugar, a soma das populações das capitanias resulta em 1 564 981, e não 1 555 200 como aparece na tabela e ao longo do texto. Em segundo lugar, como há um intervalo de 10 anos no conjunto dos dados coletados por Alden, considero importante introduzir outros ajustes já que o objetivo é ter um valor exato associado a um determinado ano. Para compensar o crescimento diferencial entre as capitanias nos diversos anos de levantamento populacional, ajustei-as ao ano de 1780. Para tanto, considere o crescimento anual calculado entre 1808 e o ano do levantamento populacional utilizado por Alden. Esse ajuste resultou em uma população de 1,555 milhões de habitantes para o Brasil em 1780. Os resultados estão na Tabela 4. Baseio-me nesse total recalculado para obter os totais anuais da população brasileira entre 1808 e 1780.

---

<sup>55</sup> D. ALDEN, *op. cit.*, p. 191, Tabela II.

Capitania	População (1)		População (2)	Crescimento anual	População (3)
	Ano	Total	1808		1780
Rio de Janeiro	1779	215 678	235 079	0,3	216 319
Minas Gerais	1776	319 769	350 000	0,28	323 380
São Paulo (inclui Paraná)	1776	116 975	200 408	1,68	124 847
Santa Catarina	1767	10 000	38 687	3,3	14 290
Rio Grande do Sul	1780	20 309	87 167	5,2	20 309
Bahia (inclui Sergipe e Espírito Santo)	1780	288 848	411 022	1,26	288 848
Pernambuco (inclui Alagoas)	1782	239 713	360 277	1,57	232 200
Paraíba	1782	52 468	95 182	2,29	50 064
Rio Grande do Norte	1782	23 812	50 000	2,85	22 453
Ceará	1782	61 408	160 000	3,68	56 884
Piauí	1778	26 410	70 000	3,25	28 126
Maranhão	1778	47 410	120 000	3,1	50 345
Pará	1772	55 315	77 764	0,95	59 502
Rio Negro	1772	10 386	18 236	1,56	11 685
Mato Grosso	1780	20 966	25 000	0,63	20 966
Goiás	1780	55 514	55 422	-0,01	55 514
<b>Brasil</b>		<b>1 564 981</b>	<b>2 354 244</b>	<b>1,43</b>	<b>1 575 733</b>

#### 4 Estimativas de população, Brasil, 1780

Observações:

População (1): dados publicados em ALDEN, Dauril, op. cit., p. 191, Tabela II.

População (2): dados publicados em PAIVA, Clotilde *et al.*, op. cit., p. 31.

População (3): dados calculados usando População (1) e Crescimento Anual.

Dauril Alden não incluiu a população escrava em seus cálculos. Esta informação não foi solicitada pelo governo português em 1776 e, portanto, não está presente nesses documentos. No entanto, é possível calcular a percentagem de escravos nas capitanias brasileiras no final do século XVIII, usando essas informações de outras fontes. Ao reavaliar alguns documentos citados por Alden, utilizar outras fontes manuscritas guardadas nos arquivos brasileiros e portugueses<sup>56</sup> ou rever estudos publicados sobre certas capitanias, é possível calcular a percentagem de escravos na população total de cada capitania em momentos próximos a 1780, e daí aplicá-la para estimar a população cativa em 1780. Onde não havia dados disponíveis para uma dada capitania, usei os valores encontrados para outra capitania com características semelhantes. Também calculei a proporção entre os sexos seguindo a mesma lógica. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

<sup>56</sup> Nesse caso, utilizei documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, identificados e transcritos em planilhas pelo projeto COLDEMO (Population and Empire. The demographics and statistical processes in the Portuguese overseas, 1776–1875), a quem agradeço pela cessão dos dados.

Capitania	Livres			Escravos			População total	Fonte
	Razão de sexos	N	%	Razão de sexos	N	%		
Rio de Janeiro	101	54,00	116 812	201	99 507	46,00	216 319	RJ1796; Razão de sexos: mesmo de Minas Gerais
Minas Gerais	101	52,00	168 158	201	155 222	48,00	323 380	Libby 2007: 419, 1786
São Paulo (e Paraná)	93	76,96	96 087	117	28 760	23,04	124 847	Marcílio 2000: 77, 1798
Santa Catarina	98	79,50	11 361	216	2 929	20,50	14 290	SC1787
Rio Grande do Sul	104	67,65	13 739	178	6 570	32,35	20 309	RS1791
Bahia (inclui Sergipe e Espírito Santo)	110	69,50	200 749	187	91 680	31,74	288 848	Mesmo de Pernambuco
Pernambuco (inclui Alagoas?)	110	69,50	161 379	187	73 700	31,74	232 200	PE1763
Paraíba	108	69,79	34 940	196	15 124	30,21	50 064	Mesmo de Paraíba
Rio Grande do Norte	108	83,39	18 724	196	6 536	29,11	22 453	PE1763
Ceará	110	70,89	40 325	177	9 448	16,61	56 884	PE1763
Piauí	108	67,36	18 946	196	9 180	32,64	28 126	PI1797; Razão de sexos: mesmo da Paraíba
Maranhão	110	53,24	26 804	129	23 541	46,76	50 345	MA1798
Pará	96	79,37	47 227	145	12 275	20,63	59 502	PA1775
Rio Negro	104	98,21	11 476	106	209	1,79	11 685	PA1775
Mato Grosso	113	43,04	9 024	273	11 942	56,96	20 966	Mesmo de Goiás
Goiás	113	43,04	23 893	273	31 621	56,96	55 514	GO1780
Brasil		63,44	999 642		578 248	36,70	1 575 733	

##### 5 Estimativas de população por sexo e condição social, Brasil, 1780

Fontes:

RJ1796: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ACL\_CU\_017, Cx. 160, Doc. 12026, R 177.

Libby 2007: Douglas C. LIBBY, «As populações escravas das Minas Gerais setecentistas: um balanço preliminar», in Maria Efigênia Lage de RESENDE, Luiz Carlos VILLALTA (eds.), *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*, Volume 1, Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 419.

Marcílio 2007: Maria Luiza MARCÍLIO, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, São Paulo, Hucitec, Edusp, 2000, p. 77.

SC1787: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, mç. 600, n.º 130.

RS1791: AHU, ACL\_CU\_019, Cx. 3, doc. 252, rolo 3.

PE1763: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Seção de Manuscritos, 3,1,38.

PI1797: Relatório do Presidente da Província do Piauí, Teresina, 186.

MA1798: AHU, ACL\_CU\_009, Cx. 104, Doc. 8313.

PA1775: AHU, ACL\_CU\_013, Cx. 74, Doc. 6252, R 82.

## Conclusão: o volume anual da população brasileira entre 1780 e 1830

Nessa última parte, apresento a reconstrução do volume anual da população brasileira a partir das estatísticas recuperadas anteriormente. Na Tabela 6, apresento uma síntese do total obtido para a população brasileira nos anos selecionados. As taxas de crescimento anual obtidas merecem comentários à parte. Em primeiro lugar, elas são superiores àquelas encontradas por Giorgio Mortara. Como já havia sido destacado, os valores assumidos por Mortara para 1830 eram inconsistentes, e o total para 1808, dado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, estava superestimado. Pode-se afirmar isso pelo cotejo entre as novas taxas de crescimento anual aqui obtidas e o que se conhece da história brasileira do período. A partir de 1780, a crise do

ouro provocou uma diminuição no ritmo de expansão demográfica, influenciada sobretudo pelo declínio das importações de escravos e da migração de portugueses. Em 1808, a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e o crescimento econômico promovido pela agricultura (incluindo a expansão do café a partir do Rio de Janeiro) provocaram uma nova expansão demográfica, com a taxa de crescimento anual ficando em 1,83 % entre 1808 e a década de 1830. Com base nesses novos cálculos para o total da população brasileira nos momentos escolhidos (1780, 1808 e 1830), é possível construir uma nova série anual para o total de habitantes do Brasil no final do século XVII e primeiras décadas do século XIX (Tabela 7).

Ano	População Total	Crescimento anual recalculado	Crescimento anual Mortara
1780	1 575 733		
1808	2 424 463	1,54	
1835	3 972 723	1,83	1,28
1872	9 975 841	2,49	1,53

6 Estimativas de população, Brasil, 1780-1872  
Fontes: Tabelas 2, 3 e 5.  
Observação: o crescimento anual calculado por Mortara usa dados de 1830.

Ano	População	Crescimento anual	Ano	População	Crescimento anual
1780	1 575 733	1,54	1808	2 424 463	1,83
1781	1 599 999	1,54	1809	2 468 831	1,83
1782	1 624 639	1,54	1810	2 514 010	1,83
1783	1 649 659	1,54	1811	2 560 017	1,83
1784	1 675 063	1,54	1812	2 606 865	1,83
1785	1 700 859	1,54	1813	2 654 571	1,83
1786	1 727 053	1,54	1814	2 703 149	1,83
1787	1 753 649	1,54	1815	2 752 617	1,83
1788	1 780 655	1,54	1816	2 802 990	1,83
1789	1 808 078	1,54	1817	2 854 284	1,83
1790	1 835 922	1,54	1818	2 906 518	1,83
1791	1 864 195	1,54	1819	2 959 707	1,83
1792	1 892 904	1,54	1820	3 013 870	1,83
1793	1 922 055	1,54	1821	3 069 024	1,83
1794	1 951 654	1,54	1822	3 125 187	1,83
1795	1 981 710	1,54	1823	3 182 378	1,83
1796	2 012 228	1,54	1824	3 240 615	1,83
1797	2 043 216	1,54	1825	3 299 918	1,83
1798	2 074 682	1,54	1826	3 360 307	1,83
1799	2 106 632	1,54	1827	3 421 801	1,83
1800	2 139 074	1,54	1828	3 484 420	1,83
1801	2 172 016	1,54	1829	3 548 184	1,83
1802	2 205 465	1,54	1830	3 613 116	1,83
1803	2 239 429	1,54	1831	3 679 236	1,83
1804	2 273 916	1,54	1832	3 746 566	1,83
1805	2 308 934	1,54	1833	3 815 128	1,83
1806	2 344 492	1,54	1834	3 884 945	1,83
1807	2 380 597	1,54	1835	3 972 723	1,83

A partir da reconstrução estatística já realizada, também é possível calcular o crescimento da população de acordo com o estatuto social. Entre 1780 e 1808, a população livre cresceu a uma taxa anual de 1,83 %, ao passo que entre os escravos o valor foi de 0,95 %. Entre 1808 e 1835, no entanto, a situação se inverteu, com o número de cativos crescendo a uma taxa anual de 2,17 %, enquanto as pessoas livres aumentaram o seu número em 1,66 % ao ano. Esta situação reflete o rápido crescimento que o tráfico de escravos teve nas primeiras décadas do século XIX. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil contou com a colaboração britânica, que, por sua vez, exigiu medidas oficiais para abolir o comércio de escravos africanos no Atlântico. No entanto, esta também foi uma conjuntura de expansão econômica na América portuguesa, à qual veio se somar a implantação da cafeicultura na região ao redor do Rio de Janeiro. Portanto, o aumento da demanda por trabalhadores cativos foi associada ao temor em relação às medidas de controle do tráfico, o que levou aos mais altos volumes de importação anual de africanos na história brasileira. Assim, a proporção de escravos na população total assumiu uma trajetória em forma de U, indo de 36,6 % em 1780 para 31,1 % em 1808 e subindo novamente para 34,1 % em 1835 (Tabela 8).

Como último ponto, quero destacar a importância de se questionar as estatísticas populacionais conhecidas e utilizadas em estudos sobre o Brasil no chamado período pré-censitário. Antes do primeiro censo geral do Brasil, em 1872, as estatísticas são caracterizadas pela fragmentação e pelas informações lacunares. Embora tenhamos uma série de obras historiográficas que trataram dessas evidências, é sempre necessário voltar a elas, especialmente quando pesquisas arquivísticas revelam novas fontes de dados.

Ano	População total	Livres			Escravos		
		N	%	Crescimento anual	N	%	Crescimento anual
1780	1 577 889	999 642	63,4		578 248	36,6	
1808	2 424 463	1 670 492	68,9	1,83	753 971	31,1	0,95
1835	3 972 723	2 616 952	65,9	1,66	1 355 771	34,1	2,17

8 Estimativas de população por condição social, Brasil, 1780-1872

Fonte: Tabelas 2, 3 e 5.

## Fontes Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO [ANRJ]

*Ministério do Reino e do Império*, Cx. 761; cód. 808, vol. 2, fl. 52; vol. 4, fl. 35.

## Fontes Impressas e Bibliografia

[s.a.], «Memoria Estatistica do Império do Brasil, Oferecida ao Marquez de Caravelas», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 78 (1896), pp. 91–9.

ALDEN, Dauril, «The population of Brazil in the late Eighteenth century: a preliminary study», *Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, n.º 2 (1963), p. 173–205.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de, «Memória, ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato-Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 de Janeiro de 1800», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.ª ed.], Tomo II, 1.º Trimestre (1840), pp. 19–48.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de, «Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurús, e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo de Almeida Serra», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.ª ed.], Tomo VII, 2.º Trimestre (1845), pp. 196–208.

BALHANA, Altiva Pilatti, «A população» in Maria Beatriz Nizza da Silva (ed.), *O império luso-brasileiro, 1750–1822*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 19–62.

BARBOSA, Januário da Cunha, «Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.ª ed.], Tomo II, 1.º Trimestre (1840), pp. 3–18.

BARBOSA, Januário da Cunha e REBELO, José Silvestre, «Se a introdução dos escravos Africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.ª ed.], Tomo I, 3.º Trimestre (1839), pp. 159–72.

BOTELHO, Tarcísio R., *População e nação no Brasil do século XIX*, São Paulo, USP, 1998 (tese de doutoramento não publicada).

BRASIL, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920*, Vol. I («Introdução»), Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1922.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa, *Ensaio estatístico da Província do Ceará*, Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (ed. fac-similar).

BUCCIFERRO, Justin, The economic geography of race in the New World: Brazil, 1500–2000, Working Paper #10-04, Department of Economics, University of Colorado, 2010.

BUCCIFERRO, Justin, A forced hand: natives, Africans and the population of Brazil, 1545–1850, *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, Vol. 13, n.º 2 (2013), pp. 285–317.

CARRARA, Angelo Alves, «The population of Brazil, 1570/1700: a historiographical review», *Tempo*, Vol. 20 (2014). [Consultado em 13/12/2015]. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042014000100210&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042014000100210&lng=en&nrm=iso).

COOK, S. L. e BORAH, W., *El pasado de México: aspectos sociodemográficos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

D'ALINCOURT, Luíz, «Resumo das observações estatísticas feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt [...] em 1826», », *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XX, 3.º Trimestre (1857), pp. 345–60.

- DIAS, Maria Odila da Silva, «Aspectos da Ilustração no Brasil», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 276 (1968), p. 278.
- ELTIS, David, *Economic growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, New York, Oxford University Press, 1987.
- GANDAVO, Pero de Magalhães, *Tratado da Terra do Brasil*, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1980.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães, «L'emigration portugaise (xv–xx siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, Vol. I (1978), pp. 5–32.
- IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*, [2.<sup>a</sup> ed.], Rio de Janeiro, IBGE, 1990
- Instituto Nacional de Estatística, *A população de Portugal*, Portugal, 1972.
- LEFF, Nathaniel, *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*, Vol. 1 («Estrutura e mudança econômica, 1822–1947»), Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1991.
- LIBBY, Douglas C., «As populações escravas das Minas Gerais setecentistas: um balanço preliminar» in Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (eds.), *História de Minas Gerais: As minas setecentistas*, Vol. 1, Belo Horizonte, Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.
- LOPES, Marcos Antônio, «Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia», *Varia Historia*, Vol. 24, n.º 40 (2008), p. 633–56.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana, *A utopia do poderoso Império*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MALTE-BRUN, *Précis de la Géographie Universelle ou Description de toutes les parties du monde sur un plan nouveau d'après les grandes divisions naturelles du globe*, Tomo 6, [5.<sup>a</sup> ed.], Paris, Bureau des Publications Illustrées, 1841.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, «A população do Brasil colonial» in Leslie Bethell (ed.), *História da América Latina*, Vol. II («América Latina Colonial»), São Paulo e Brasília, EDUSP/FUNAG, 1999, pp. 311–39.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700–1836*, São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 2000.
- MARQUES, Major Manoel Eufrazio de Azevedo, *Apontamentos históricos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.
- MARQUEZ, Cezar Augusto, *Diccionario historico-geographico da Província do Maranhão*, Maranhão, Typ. do Frias, 1870.
- MARQUES, Cezar Augusto, *Diccionario historico, geographico e estatístico da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.
- MARTINIÈRE, Guy, «O peso dos números: os homens na organização colonial do espaço» in Frédéric Mauro (ed.), *O império luso-brasileiro, 1620–1750*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 192–216.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da província de Goiás*, Goiânia, Sudeco, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Goiás, 1979.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1984.
- MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

- MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de, *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, Recife, Estado de Pernambuco, Conselho Estadual de Cultura, 1979 [1852].
- MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H., *População e desenvolvimento econômico no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MORTARA, Giorgio, «Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870–1920», *Revista Brasileira de Estatística*, Vol. 2, n.º 5 (1941), pp. 39–60.
- MÜLLER, Daniel Pedro, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978 (3.ª ed., ed. fac-similar).
- PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto Magno de, LEITE, Valeria da Motta, «Demografia» in IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*, [2.ª ed.], Rio de Janeiro, IBGE, 1990, pp. 19–52.
- «Plano de uma colônia militar no Brasil», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo III, 2.º Trimestre (1841), pp. 228–42.
- REBELLO, Henrique Jorge, «Memória e considerações sobre a população do Brasil, por Henrique Jorge Rebello», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXX, 1.º Trimestre (1867), pp. 5–42.
- Recenseamento do Brasil, 1920, *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje; Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, São Paulo, IPE/USP, 1986 (ed. fac-similar).
- Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côrte em abril de 1870*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1871.
- RIBEIRO, Francisco Alberto, «Memória estatística da Província do Espírito Santo no ano de 1817 por Francisco Alberto Ribeiro», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XIX, 2.º Trimestre (1856), pp. 161–88.
- RODRIGUES, Félix Contreiras, *Traços da economia social e política do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Ariel, 1935.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas (ed.), *Poblacion y mano de obra en America Latina*, Madrid, Alianza, 1985.
- SCHWARTZ, Stuart, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*, São Paulo e Brasília, Companhia das Letras, 1988.
- SENRA, Nelson C., *Estatísticas organizadas: c. 1936–c. 1972*, Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, São Paulo, IPE/USP, 1986 (ed. fac-similar; 1.ª ed.: 1870).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, «A população» in Harold Jonhson e Maria Beatriz Nizza da Silva (eds.), *O império luso-brasileiro, 1500–1620*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 305–33.
- SILVA, Thomé da Fonseca e, «Breve notícia sobre a colônia de suíços fundada em Nova Friburgo, por Thomé da Fonseca e Silva, sócio effectivo do Instituto», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.ª ed.], Tomo XII, 2.º Trimestre (1849), pp. 137–42.

- SOARES, Sebastião Ferreira, *Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação*, Rio de Janeiro, [s.n.], 1865.
- SOUZA, Luiz Antônio da Silva, «Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiaz: pelo padre Luiz Antônio da Silva Souza», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, [2.<sup>a</sup> ed.], Tomo XII, 4.<sup>o</sup> Trimestre (1849), pp. 429–510.
- TUGGIA, Rafael, «Mapa dos Indios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Theresa Christina no rio Tocantins, e dos Indios Charaós da aldeia de Pedro Affonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goyaz, pelo missionário apostólico capuchinho frei Rafael Tuggia», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XIX, 1.<sup>o</sup> Trimestre (1856), pp. 119–24.
- URICOECHA, Fernando, *O minotauro imperial*, Rio de Janeiro e São Paulo, Difel, 1978.
- VELLOSO, Antônio Rodrigues, «Divisão eclesiástica do Brasil, pelo desembargador Antônio Rodrigues Velloso», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXVII, 2.<sup>o</sup> Trimestre (1864), pp. 263–9; e *RIHGB*, Tomo XXIX, 1.<sup>o</sup> Trimestre (1866), pp. 159–99.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira, *Populações meridionais do Brasil*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1920.